



Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares



PROJETO EDUCATIVO

**Quadriénio
2014 - 2018**

Índice

1. PREÂMBULO	3
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS	7
3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	8
4. MISSÃO	9
5. PRINCÍPIOS E VALORES ORIENTADORES DO PROJETO EDUCATIVO	12
6. CARATERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	15
6.1. O contexto Físico e Geográfico	15
6.1.1. Ribeira Brava	16
6.1.2. Campanário	17
6.1.3. Serra de água.....	17
6.1.4. Tabua.....	18
6.2. Ribeira Brava	19
6.2.1. Contexto Histórico.....	19
6.2.2. Instituições	19
6.2.3. Património.....	21
7. A ESCOLA	25
7.1. Tradição Pedagógica	25
7.2. Caraterísticas do clima educativo	27
7.3. Sentimentos em relação à Escola.....	29
8. RECURSOS EDUCATIVOS.....	31
8.1. Serviços de Educação Especial	31
8.2. Serviços de Psicologia e Orientação.....	31
9. RECURSOS HUMANOS	33
9.1. Organigrama Funcional da Comunidade Escolar	33
9.2. Conselho da Comunidade Educativa.....	34
9.3. Conselho Executivo	34
9.4. Conselho Administrativo	34
9.5. Conselho Pedagógico	35
9.6. Assessorias Técnico-Pedagógicas.....	36
9.7. Gabinete de Psicologia e Orientação para o Apoio ao Aluno	36
9.8. Secção de Formação Permanente e Pessoal Docente e Não Docente	36
9.9. Representante dos Pais e Encarregados de Educação.....	36
9.10. Corpo Docente	37
9.11. Pessoal Não Docente.....	38
9.12. População Discente.....	39
10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO DISCENTE REFERENTE AO ANO TRANSATO.....	40
10.1. Abandono Escolar.....	40
10.2. Transferência de Alunos.....	40
11. RECURSOS FÍSICOS.....	41
12. RECURSOS EXTERNOS	50
13. OFERTA EDUCATIVA DA ESCOLA.....	51
14. ANÁLISE DOS RESULTADOS ESCOLARES	53
14.1. Avaliação Externa	53
14.2. Avaliação Interna.....	57
15. ÁREAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DA AÇÃO ESCOLAR.....	58
15.1. Estratégias / Medidas para redução do Insucesso Escolar	58
15.2. Absentismo Escolar	62
16. METAS / LINHAS ORIENTADORAS DO PROJETO EDUCATIVO	65
17. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	67

O Projeto Educativo implica uma escola que se constrói em e com a Comunidade e que privilegia simultaneamente o estabelecimento de relações com o exterior e uma rede de comunicações no seu interior.

P. Fernandes

1. PREÂMBULO

Porquê um Projeto Educativo?

Criar um Projeto Educativo de Escola é, por um lado, assumir a autonomia que é reconhecida à escola como instituição e, por outro, desenvolver um processo de identidade, fundamental para a concretização dessa autonomia. Dar forma ao Projeto Educativo da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, para o quadriénio 2014/2018, pressupõe reflexão sobre o passado da Escola, o reconhecimento e avaliação dos problemas presentes e uma visão estratégica para o futuro. Exige identificar os nossos pontos fortes e as nossas fraquezas, reconhecer as nossas valências e os nossos problemas, avaliar as nossas decisões e os resultados que obtivemos e, principalmente, decidir que Escola queremos ser e como a construir. Em relação às equipas anteriores, que deram corpo ao projeto educativo da nossa Escola, esta equipa tem a vantagem de beneficiar da sua reflexão e do trabalho realizado pela Equipa de 2002/2006 e a Equipa de 2006/2010, fazemos nossas as palavras da Equipa de 2006: «este Projeto Educativo constitui-se como uma evolução na continuidade, uma vez que recupera a experiência anterior, beneficia de um pensamento mais amadurecido e conserva-se aberto aos desafios do futuro.»

Este Projeto Educativo visa, mais do que apresentar e explicar as linhas orientadoras da atividade educativa ou de planear a nossa ação, nos próximos quatro anos, mobilizar os atores educativos e articular o local com o global, constituindo-se como a expressão coletiva daquilo que queremos atingir e do que queremos ser: uma Escola de todos e para todos. Queremos que a Escola seja um espaço promotor da integração relacional, do desenvolvimento pessoal e interpessoal, onde são respeitados os princípios democráticos, as diferenças individuais, a diversidade cultural e socioeconómica.

Uma escola para educar, tem de ser autêntica e para ser autêntica, tem de ter um rosto que não se esconde por detrás da sua função institucional; ela tem de instruir, tem de ensinar, mas mais do que isso, tem de educar, o que é dizer socializar, humanizar. Não é possível fazê-lo sem que a escola se constitua numa rede viva de comunicação e de laços humanos, dentro dela e para fora dela. Os desafios que se colocam à educação só podem ser resolvidos – e hoje, provavelmente, mais do que nunca – pela sociedade no seu

conjunto, a escola só pode cumprir a sua função educativa ao enraizar-se na comunidade que pretende servir e a comunidade só pode conhecer-se (re) conhecendo-se na escola que a serve. Pretendemos que este Projeto Educativo seja um instrumento de comunicação, que seja promotor de aprendizagens de qualidade e do sucesso educativo, numa escola democrática, uma escola de que todos se orgulhem: uma Escola de Excelência.

Mais do que enunciar filosofias ou teorias da Educação pretende-se reunir um conjunto de características que definem a especificidade da nossa escola e enunciar um conjunto de princípios que possam orientar a prática futura. Partindo de características específicas como o meio, problemas do meio e da sociedade em geral, problemas da realidade escolar, necessidades, diversidade de recursos e projetos, procuramos refletir sobre os pressupostos defendidos na reorganização curricular.

O desenvolvimento de um projeto educativo pressupõe um trabalho que ultrapassa o espaço físico da sala de aula bem como a relação professor/aluno. Neste sentido, torna-se imperioso recorrer a todos os recursos disponíveis na comunidade escolar, bem como todos os serviços de apoio educativo em funcionamento na escola.

Este projeto apropria-se da experiência vivida em quase quatro décadas dedicadas à Educação e à Ribeira Brava e, assume-se como seu “o objetivo de contribuir, de modo significativo, para fazer desta Escola um lugar onde verdadeiramente se possa aprender a Ser e a Estar como Pessoas” (PEE 2006/2010). E é um trabalho de todos e para todos, envolvendo toda a comunidade educativa e operacionaliza-se através do Projeto Educativo de Escola, do Plano Anual de Escola e do Regulamento Interno.

Reforçar a articulação constituiu por si só, um desafio à autonomia da Escola enquanto instituição construtora da sua identidade, e para os Docentes que nela trabalham enquanto agentes educativos. A concretização da articulação curricular é indissociável do trabalho coletivo dos professores a nível de Departamento e Conselhos de Turma e é nesse trabalho que reside a possibilidade de a aplicar e praticar, alterando gradualmente a escrita e restrita lógica das disciplinas estanques, fechadas sobre si mesmas.

A operacionalidade do PEE é também garantida anualmente através de um Plano Anual de Escola, sendo este documento de planeamento, que define os objetivos, as

formas de organização e programação das atividades previstas para a Escola, bem como, os recursos necessários à sua execução.

Referente ao Plano de Atividades de Escola este tem uma estreita articulação com o Plano de Orçamento. Nesta perspetiva os Grupos / Departamentos / Clubes e Projetos devem adaptar os seus planos à seguinte matriz para elaboração dos Planos de Atividade.

Grupo disciplinar/Projeto/Clube	
Responsável/Coordenador	
Contato/E-mail	

Especificidade da atividade	Descrição da atividade	Objetivo do PEE	Calendarização	Local	Destinatários	Orçamento

O Conselho de Turma, é o espaço mais adequado à concretização da articulação curricular, onde um conjunto alargado de saberes e competências se conjugam para a construção da articulação de forma contextualizada e integrada com as características e motivações dos alunos. O conselho de turma assume uma renovada importância na organização interna da escola.

É de referir, ainda, o Regulamento Interno, como documento orientador do regime de funcionamento da Escola, de cada um dos órgãos de administração e gestão, das estruturas de gestão intermédia, bem como dos direitos e deveres específicos dos membros da Comunidade Escolar, sendo elaborado nos termos do regime de autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Públicos da Região Autónoma da Madeira, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º21/2006, de 21 de Junho.

Agentes de Concretização do Projeto Educativo

Compete a todos os elementos da Comunidade Educativa levar a bom porto e com sucesso as metas e linhas orientadoras de ação. Contudo são os titulares de cargos que devem coordenar e enquadrar as estratégias, comportamentos e contributos do dia-a-dia referenciados no Projeto Educativo.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

A Equipa que trabalhou na elaboração do presente projeto teve, também, como referência os anteriores projetos Educativos da Escola.

A recolha de dados foi levada a cabo por diversos tipos de instrumentos: análise documental, pesquisas diversas de informação acerca do meio e dos meios de proveniência dos alunos, e ainda, de casos específicos de alunos oriundos das Instituições de Solidariedade Social e, também a situação de alunos com Subsídio Escolar (Escalão).

A leitura resultante da recolha de dados permitiu-nos, vislumbrar diferentes virtualidades e debilidades nas nossas caraterísticas como instituição, sistema e organização.

3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO:

- Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 115- A/98 de Maio;
- DLR 4/2000/M, de 31 de Janeiro;
- DLR 21/2006/M, de 21 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de Setembro.

O Projeto Educativo da Escola, consagra-se no Decreto-Lei n.º. 43/89, de 3 de Fevereiro, sobre o Regime Jurídico da Autonomia das Escolas. É neste documento que se equaciona, pela primeira vez, o alargamento da autonomia dos estabelecimentos de ensino com a existência de um Projeto Educativo, que se destina a orientar o exercício da autonomia das escolas.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de Maio, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo DLR 4/2000/M de 31 de Janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo DLR 21/2006/M, de 21 de Junho, consagra à Escola o direito e a responsabilidade de elaborar o seu Projeto Educativo, «no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a Escola se propõe cumprir a sua função educativa». Assim, a Escola deverá conceber um Projeto Educativo, que apresente um conjunto de linhas de orientação e atuação, tendo como base valores que lhe confirmem identidade.

O Decreto-Lei n.º. 75/2008 de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009 de 11 de Setembro, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, define no ponto 1 do art.º. 9º, capítulo II, o Projeto Educativo de Escola, o Regulamento Interno e os Planos Plurianual e Anual de Atividades e o Orçamento, intitulando-os como instrumentos de autonomia.

4. MISSÃO

O Projeto Educativo da nossa escola (PEE) assume como missão prioritária e fundamental garantir condições que visem o sucesso educativo dos nossos alunos, preparando-os para o desafio do Ensino Superior e/ou para o mercado de trabalho qualificado.

As transformações das sociedades atuais, tanto a nível tecnológico, científico, social e cultural, faz com que a Escola de hoje tenha de promover princípios e valores que levem a uma predisposição para aprender e desenvolver conhecimento. A Educação/formação e instrução não se podem limitar à transmissão de modelos e verdades, devendo essencialmente desenvolver e incutir nos Alunos uma autonomia intelectual, levando-os a processos de autoformação.

É essencial que o processo de Ensino-Aprendizagem se baseie no desenvolvimento de competências e na orientação ajustada dos Alunos. Estes devem ter um papel cada vez mais ativo na Escola.

Os Professores deverão desenvolver mecanismos e orientações de forma a irem ao encontro desta realidade.

A Escola pretende humanizar a Educação, criando relações humanas, responder aos afetos e aproximando-se cada vez mais dos nossos Alunos, não esquecendo o rigor científico e metodológico próprio que o sistema impõe.

Tratando todos de igual modo, respeitando e desenvolvendo a capacidade de decisão dos Alunos e a sua participação nas decisões que a eles digam respeito. Tentando ainda, resolver com a máxima atenção e cuidado os problemas que são colocados no dia-a-dia, tendo em conta o bem-estar da Comunidade Escolar. Estimular os Encarregados de Educação acerca dos assuntos que dizem respeito ao seu Educando e à Escola em geral, levando-os a uma participação mais ativa na vida dos seus Educandos.

Os princípios orientadores para este projeto são os constantes das diversas alíneas (a, b, c e d) do 3.º artigo da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º49/2005 de 30 de Agosto).

A Escola, ao longo destes anos, tem apostado na qualidade e na adoção de estratégias e recursos para a resolução de problemas; no sentido da valorização da Escola e do profissionalismo de quem nela trabalha.

A flexibilidade é um dos princípios que regem o quotidiano da nossa Escola, de forma a poder adaptar-se aos desafios da mudança nos nossos dias, ao mesmo tempo que valoriza a inovação de práticas organizacionais e pedagógicas, de forma a podermos corresponder a esses desafios, procurando dar respostas diversificadas, quanto diversificados são os contextos sociais.

A Escola não se limita à sala de aula e à relação Professor-Aluno, tem havido cada vez mais a preocupação da envolvimento de toda a Comunidade Escolar, meio e Encarregados de Educação.

Decreto-lei n.º 15/2007

Segundo este Decreto-Lei, “o Projeto Educativo fundamenta-se, essencialmente, em valores estruturados e integrados em princípios que regem qualquer sociedade democrática; dos quais destacamos: a valorização do trabalho e do sentido da responsabilidade; a preparação para a vida activa através da relação Educação/formação, a Escola entendida como um serviço público aberto à comunidade, promovendo a Educação para a cidadania e a formação ao longo da vida.”

É através da operacionalização dos seus princípios e objetivos que a Escola pretende promover o sucesso escolar, ser ao mesmo tempo uma Escola aberta para e com a Comunidade/Meio, e estabilizar o abandono escolar.

Toda a filosofia deste Projeto incide numa estratégia de política educativa da nossa Escola, constituindo um referencial orientador da coerência e unidade educativa. Este nunca será considerado como completo, mas flexível no seu desenvolvimento, adaptativo e aberto, de acordo com as necessidades e realidades que forem surgindo ao longo destes quatro anos.

5. PRINCÍPIOS E VALORES ORIENTADORES DO PROJETO EDUCATIVO

“Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”.

Paulo Freire

As organizações estão atualmente em permanente estado de mudança, já que se encontram inseridas num meio global e mutável por ação dos competidores das novas tecnologias e das dinâmicas sociais políticas e económicas. A adaptação a estas mudanças obriga à reformulação dos seus objetivos. Também a escola enquanto organização, tem de desenvolver processos e relações que ajudem a produzir os resultados desejáveis no sentido de uma melhoria contínua.

O Projeto Educativo da nossa Escola será uma imagem de caminho a seguir para intervir positivamente numa dada realidade e expressa a intenção do que desejamos e do que devemos saber.

Na nossa opinião tem de existir uma relação causal direta entre o desenvolvimento profissional dos professores e a melhoria das aprendizagens dos alunos.

O trabalho colaborativo e a partilha do conhecimento criam um clima de confiança mútua, entreajuda e segurança que irão permitir a consolidação de um sentimento de pertença comum à Escola e à concretização da sua missão. Só assim, enquanto coletivo, seremos capazes de implementar verdadeiros processos de mudança.

Pretendemos reunir um conjunto de características que definem a especificidade da nossa escola e enunciar um conjunto de princípios que possam orientar a nossa prática futura, além dos princípios orientadores, constantes na Lei de Bases do Sistema Educativo. Portanto, a missão da nossa escola sustenta-se no seguinte:

Os princípios de desenvolvimento que regem a postura deste Estabelecimento, não poderiam deixar de contemplar a: Envolvência, para que toda a Comunidade Escolar esteja implicada neste processo; a Abrangência, de todos os serviços, pretendendo-se desta forma reconhecer que a nossa Escola não se reduz à sala de aula e à relação Professor/Aluno; a Coerência entre princípios e estratégias, na compreensão de conceitos por todos nos documentos fundamentais de gestão pedagógica e educacional; a Inovação de práticas organizacionais e pedagógicas, de modo a que a Escola se assuma como uma

organização moderna capaz de corresponder aos desafios, procurando dar respostas tão diversificadas, quanto diversificados são os contextos sociais; a Flexibilidade de forma a poder adaptar-se aos desafios da mudança com capacidade de resposta plural, dialogar para encontrar os melhores caminhos, a qualidade da Escola depende da flexibilização dos pontos de vista, de recurso e de organização; a Qualidade na adequação de estratégias e recursos para a resolução de problemas e conflitos, no sentido da valorização da escola e profissionalismo de quem nela trabalha; a Responsabilidade de modo a responsabilizar todos os intervenientes no processo educativo, com distinção de tarefas e objetivos a cumprir; Justiça, isto é, em circunstâncias iguais, tratar todos de igual modo; em circunstâncias diferentes fazer variar critérios de acordo com o máximo benefício de todos: o princípio da Autonomia, respeitar e desenvolver a capacidade de decisão dos alunos e a sua participação nas decisões que lhes digam respeito; princípio da Humildade, reconhecendo os próprios limites e não temer confrontar-se com o erro e o fracasso; princípio da Reciprocidade, saber responder aos afectos, criar relações humanas e humanizantes e, finalmente, o princípio da especificidade da Escola, como espaço de aquisição e desenvolvimento de competências científicas, pedagógicas, consciência social e cidadania.

Construir um Projeto Educativo é refletir, questionar-se, identificar problemas, questionar decisões, avaliar resultados, cooperar nas soluções, mobilizar-se, perspetivar o futuro, tendo em vista a qualidade.

Neste sentido o PEE é um trabalho coletivo que só tem sentido entendido como tal, visto que ele será a imagem da escola e de toda a comunidade: daqueles que nela exercem a sua ação educativa e dos que nela recebem a sua formação.

A partir da identificação dos problemas gerais e das dificuldades mais específicas elaboramos o conjunto de princípios supracitados orientadores de estratégias de operacionalização; tendo sempre em conta a inclusão, a promoção da relação entre a escola e a família, a promoção da disciplina e segurança e a promoção do sucesso escolar.

O desafio decisivo é assumir a Educação como responsabilidade de todos, e em que todos têm direitos e deveres.

6. CARATERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE

O concelho da Ribeira Brava situa-se na costa sul da Ilha da Madeira, a oeste da Cidade do Funchal, deve o seu nome à força das águas da ribeira que atravessa o vale estreito, da serra ao mar, e que constitui a imagem de marca da Vila da Ribeira Brava.

6.1 O contexto Físico e Geográfico:

O concelho da Ribeira Brava é delimitado pelos concelhos de Câmara de Lobos a Leste, Ponta do Sol a Oeste, São Vicente a Norte e a Sul pelo Oceano Atlântico.



Possui um clima de influência marítima, com Verões amenos, em que a temperatura média ronda os 24 °C, e Invernos também amenos, com temperaturas geralmente por volta dos 17 °C. A sua morfologia é bastante acidentada, destacando-se montes como o Pico da Senhora da Ajuda (1369 m), Pedras (1512 m) e Terra Chã (1207 m). A vila da Ribeira Brava e a sede de Município encontra-se apenas a 15 km de distância da Capital do Arquipélago, Funchal.

A Ribeira Brava constitui também um local de acessibilidade fulcral, ligando por terra ao norte da Ilha, através da garganta da Serra de Água e Encumeada, de onde se pode desfrutar de panoramas de grande beleza.



6.1.1. Ribeira Brava

A Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares está situada no centro da Vila e serve todo o concelho, que ocupa uma área de 65 km², com 12 523 habitantes [dados de 2004], este subdividido por quatro freguesias: Ribeira Brava, Campanário a Este, Serra de Água a Norte e Tabua a Oeste.

6.1.2. Campanário

É a segunda freguesia mais populosa do Concelho da Ribeira Brava. De acordo com os últimos Censos a freguesia é composta por cerca de 4 200 pessoas. O seu nome está associado aos descobrimentos.

O seu nome, segundo reza a história, deve-se aos navegadores que, ao passarem pelo Cabo Girão, no século XV, viram um pequeno Ilhéu que lhes pareceu ter a forma de campanário que surgia entre o mar do litoral sul da ilha.

A produção de cereais (trigo e centeio) foi, em tempos, um dos pontos fortes desta freguesia. Durante alguns anos até ocorria exportação destes produtos para o norte de África. Atualmente a pacata freguesia tem como atividades económicas, a agricultura e o pequeno comércio afetado com a construção da via rápida. O percurso antigo pela estrada

regional passou a ser uma segunda opção para a grande maioria das pessoas que se desloca à Ribeira Brava. Graças à Via Rápida é possível chegar do Funchal ao Campanário em menos de 10 minutos, em viatura particular.

6.1.3. Serra de Água

O nome desta freguesia deve-se aos mecanismos (engenhos mecânicos) que utilizam a força de uma das ribeiras que desagua na Ribeira Brava. Como freguesia, a Serra de Água foi estabelecida em 1680. Está implantada no sopé de altas montanhas muito apreciadas por quem nos visita.

Esta freguesia comporta 24,70 km quadrados de área e 1317 habitantes (censo de 2001), com uma densidade de 53,3 habitantes por km quadrado. Localiza-se a uma latitude 32.71667 (32° 43') Norte e a uma longitude 17.033 (72° 2') Oeste, estando a uma altitude de 640 metros.

A atividade principal é a agricultura. A Serra de Água está rodeada de um denso arvoredor e de altos montes entre os quais sobressaem os Picos da Cruz, do Cedro e do Pico Grande. É irrigada por numerosas ribeiras, como a da Fajã das Éguas, do Poço e da Serra de Água, que juntas formam a ribeira da Ribeira Brava.

Esta freguesia foi doada de sesmarias a um dos descendentes de Zarco: Helena Gonçalves. Esta localidade foi durante muitos anos abundante em madeiras, ao contrário das localidades ribeirinhas.

6.1.4. Tabua

É a freguesia menos populosa do Concelho.

No início pertencia ao Concelho da Ponta do Sol, passando mais tarde para dentro dos limites do concelho ribeirabravense.

Comporta 11,10 Km quadrados de área, com uma densidade de 99,5 habitantes por km quadrado e localiza-se a uma latitude 32,667 (32° 40') Norte e uma longitude 17.0833 (17° 5') Oeste.

A freguesia da Tabua situa-se à beira-mar na costa sudoeste, entre a Ponta do Sol e a Vila da Ribeira Brava. Segundo os Censos de 2001, a Freguesia acolhe cerca de 1105

residentes. O seu nome deve-se à existência de uma planta denominada Atabua, utilizada para o fabrico de esteiras e fundos de cadeiras.

A data da criação da freguesia não é certa. O ano de 1588 surge como a data mais provável da sua criação, com a capela de invocação da Santíssima Trindade. Estamos, portanto, perante uma das mais antigas freguesias da Madeira e, também, uma das mais pequenas do Município.

De referir ainda que esta freguesia é atravessada por uma ribeira, na direção Norte-sul, que desagua na sua pequena orla marítima. Esta tem sua origem nas vertentes do Pico da Pedras, junto ao Paúl da Serra, e recebe o afluente do ribeiro do Barqueiro. Esta ribeira nasce junto ao Pico das Pedras (altitude de 1510 metros), que tem 7 km de curso e desagua na freguesia.

A freguesia vive essencialmente da agricultura, cujo solo é propício à produção de vinha e cana-de-açúcar.

6.2 Ribeira Brava

A Ribeira Brava foi um dos primeiros locais a serem povoados, sendo uma das localidades mais antigas da Madeira, ainda na primeira metade do século XV, e uma das primeiras freguesias da ilha, criada na sequência das do Funchal e Machico, pouco depois da morte do infante D. Henrique em 1460.

6.2.1 O contexto Histórico

Esta localidade, devido à sua orografia, teve um papel muito importante nas comunicações entre todos os pontos da ilha, a sua ribeira era essencial nas comunicações com o interior da ilha e do seu porto mar. Porém, atinge o seu maior desenvolvimento já no século XX: a 6 de Maio de 1914 foi elevada a sede de concelho e a vila em Março de 1928. (Madeira - Paisagem e Memória ao Sabor do Mar, LEMA, Edição Secretaria Regional de Turismo, R.A.M.)

A vila enche-se de cor e tradição anualmente em junho, nos festejos de São Pedro, abrindo lugar ao folclore, gastronomia, dança e diversão.

6.2.2 Instituições

Instituições Sociais:

- Centro Social e Paroquial de São Bento
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- Centro de Segurança Social
- Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua

Instituições Culturais e Desportivas:

- Museu Etnográfico da Madeira
- Biblioteca Municipal da Ribeira Brava
- Banda Municipal da Ribeira Brava
- Clube Desportivo da Ribeira Brava
- Grupo de Escuteiros
- Casa do Povo da Ribeira Brava
- Casa do Povo de Campanário
- Casa do Povo da Serra de Água
- Casa do Povo da Tabua
- Associação Cultural Desportiva e Recreativa de São Paulo
- Associação Cultural Desportiva e Recreativa do Campanário
- Associação Cultural Desportiva e Recreativa de São João

Instituições de Saúde:

- Centro de Saúde da Ribeira Brava
- Centro de Saúde de Campanário
- Centro de Saúde da Serra de Água
- Centro de Saúde da Tabua
- Centro Médico da Ribeira Brava

Instituições de Segurança/Emergência:

- Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava
- Polícia de Segurança Pública – PSP Esquadra da Ribeira Brava

- Serviço de Urgência do Centro de Saúde da Ribeira Brava
- Serviço Regional de Proteção Civil

6.2.3 Património

A arquitetura local constitui motivo de interesse para complementar o conhecimento desta terra que de brava só tem o qualificativo. A igreja de São Bento (século XV), alvo de sucessivas transformações que a desfiguraram, expõe magníficos painéis de nítida influência flamenga, representando a Virgem e o Menino, São Bento e São Bernardo.

A freguesia "debruça-se sobre as águas azuis do oceano. As ruas e alguns edifícios do princípio do século recordam o bairrismo e a iniciativa do Visconde da Ribeira Brava que contribuiu para a criação do concelho em 1914 e inúmeros melhoramentos como ruas, teatro e reconstrução do primitivo fortim de São Bento. Destaca-se a Igreja Matriz, o Forte de São Bento, o edifício da Câmara Municipal, antigo solar do século XVIII/XIX dono de um jardim de grande beleza, as capelas da Conceição, da Apresentação de Nossa Senhora da Graça, bem como os seus interessantes museus - Museu Etnográfico da Madeira, situado no antigo Convento Franciscano e um Museu de Arte Sacra.

A Ribeira Brava mantém, também, vivas as suas técnicas artesanais, sendo famosos os seus bordados regionais, a tapeçaria e os artigos em cana vieira ou cana de moça.

Forte da Ribeira Brava

A sua construção foi determinada pelo governador Duarte Sodré Pereira para defesa daquele ancoradouro. A defesa da Ilha foi sempre uma das preocupações constantes, tanto por parte dos reis, como dos donatários da ilha. Assim era necessária a defesa da costa perante os inimigos.

Em 1815 há referências sobre a um pequeno forte triangular junto à embocadura da ribeira, e um outro denominado de Forte de São Sebastião, que foram ambos arruinados pelo aluvião de 1803 e não restaram vestígios. Um outro forte é o Forte de São Bento, que naquela época estava arruinado. Em 1916 adiantavam-se obras para a sua

recuperação e embelezamento do hoje Forte da Ribeira Brava. Hoje perfeitamente adaptado ao contexto visual da vila, o forte serve de Posto de Informações.

Mercado Municipal

Situado junto ao Forte, encontramos o Mercado Municipal. A Ribeira Brava desde muito cedo revelou-se um local sobretudo comercial, onde se efetuavam trocas e vendas de produtos vindos das zonas limítrofes.

Aqui podemos encontrar para além do artesanato regional, os géneros alimentares frescos, resultantes da atividade agrícola e piscatória regional.

Solar dos Herédia

Ao lado da Igreja podemos encontrar a antiga moradia do fundador do Concelho, o Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia Herédia. A Câmara Municipal possui no seu interior um magnífico jardim, com inúmeras espécies naturais de flora e fauna. É um local ideal para um pequeno passeio acompanhado pela beleza da natureza.

Museu Etnográfico da Madeira

Subindo a Rua do Visconde e pela rua de São Francisco encontra-se a antiga capela e solar de São José. O edifício do atual Museu Etnográfico da Madeira era moradia do Capitão Luís Gonçalves da Silva. Anos mais tarde o velho solar foi convertido em uma unidade industrial, com um engenho de moer canas, de tração animal, e um alambique de destilação (alguns destes elementos ainda estão visíveis no interior do museu). O engenho sofreu diversos melhoramentos na década de 60, designadamente a utilização da energia hidráulica. No ano de 1983, o Governo Regional decidiu instalar o museu etnográfico da Madeira neste local. Hoje já reestruturado é palco de várias exposições temporárias e permanentes com temas relacionados com a cultura madeirense.

Farol

Junto à entrada do túnel para o cais. Acabada a visita do núcleo, é altura de regressar. Nesta altura aproveite-se a paisagem do passeio junto ao caudal da ribeira não esquecendo de observar a ponte velha. Chegados à marginal junto ao mar prossiga-se a

caminhada em direção ao farol, onde se poderá vislumbrar a magnífica vista sobre o mar e a vila.

Cais

Atravessando o túnel, encontra-se o cais onde poderá visualizar mais uma vez as magníficas paisagens da Madeira. Devido à difícil orografia da Madeira, cedo o mar se tornou a via utilizada para transportar os géneros produzidos no meio rural com destino ao Funchal inclusive produtos vindos do norte da ilha. A Ribeira Brava era, ao mesmo tempo, um lugar de passagem dos que cruzavam a ilha pela costa, daqueles que iam para do sul para o norte, e ainda daqueles que cá chegavam de barco e seguiam o restante a pé. Assim o porto tornou-se o ponto fulcral dessa comunicação. ("Madeira - Paisagem e Memória ao Sabor do Mar", LEMA, Edição Secretaria Regional de Turismo, R.A.M.)

6.2.4 Festas e Romarias

O Santo Padroeiro da sede do Concelho é São Bento, por quem os habitantes manifestam especial devoção. As festas na Ribeira Brava são muito típicas, muito concorridas e marcam o ano e as atividades locais, destacando-se as festas de São Bento (Padroeiro da Freguesia) a 21 de Março, de São José, a 29 do mesmo mês e as festas de São Pedro, a 28 e 29 de Junho.

6.2.5 Economia local/Municipal

Do cultivo da terra retiram as famílias, sobretudo os produtos tradicionais, como a batata-doce, feijão, hortaliças, algum cereal, frutos e vinho.

Nos últimos tempos tem havido alguns investimentos com mais incidência no ramo da floricultura. As atividades não agrícolas que contribuem a seu modo para o emprego são a construção civil, ramo em que tem também havido algum investimento, e as oficinas mecânicas e apoio a outras atividades económicas. Existe desemprego, principalmente o que atinge os jovens à procura do primeiro emprego.

A economia municipal assenta na agricultura, comércio retalhista e turismo (restauração e hotelaria), destacando-se ainda, o papel da Administração Local. Nos últimos anos tem-se assistido a algum desenvolvimento a nível do sector secundário e terciário.

6.2.6 Parque Escolar

O Parque Escolar consiste nalgumas creches e jardins-de-infância distribuídos pelas respetivas freguesias; uma instituição do Pré-escolar na Ribeira Brava, várias Escolas Básicas do 1.º Ciclo (Ribeira Brava, São Paulo, São João, Pomar da Rocha, Bica de Pau, Campanário, Corujeira, Lugar da Serra, Porto da Ribeira, Serra de Água e Tabua), uma Escola do 2.º e 3º Ciclo do Ensino Básico, situada no Campanário e uma Escola do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário, na Ribeira Brava.

7. A ESCOLA



7.1 Tradição pedagógica

A Escola Padre Manuel Álvares é uma Escola com história. A Escola da Ribeira Brava viveu uma experiência pedagógica verdadeiramente inovadora. Em 1973 a Escola não era mais do que uma realidade virtual do Diário do Governo, um número nas estatísticas do Estado e um terreno baldio na Ribeira Brava. Porém, partindo da emoção que a fome e a injustiça podem causar, usando o poder da solidariedade e tendo por base a experiência empírica, do que se ia vivendo e aprendendo, criou-se do nada, ou do quase nada, aquela que foi a primeira escola portuguesa da Liberdade, da Democracia, da Interdisciplinaridade e da Autonomia.

Na verdade não é preciso grande pedagogia para compreender que não é possível ensinar a quem tem fome, mas que é possível aprender, e muito, com quem a sofre. Face à fome de nada nos servem ideais vagos e abstratos, por mais belos que eles sejam, é preciso arregaçar as mangas, cavar, semear... para poder colher e alimentar. É preciso partir do corpo se se quer atingir o espírito e é partindo do próximo mais próximo que se pode chegar ao longínquo. Assim se compreende que a nossa Escola tenha nascido de forma tão invulgar: não tinha paredes, não tinha telhas, não tinha salas de aula, nem campainha, mesas, quadros ou cadeiras. Não importa prolongar a lista das coisas que não tinha, basta dizer que não tinha nada do que é costume uma escola ter. Mas tinha outras muito

estranhas: uma vaca, patos, pombos, coelhos, peixes, uma horta e, sobretudo, tinha pessoas dispostas a empenharem-se na sua construção, trabalhando para si e para aqueles que haviam de vir.

Estas pessoas esquecendo o que não têm, convertem as esplanadas dos cafés em salas de aula e, do cimo de um monte, fazem da Vila da Ribeira Brava o ponto de partida para a aprendizagem do desenho, da geometria e da geografia, da história, ... No terreno destinado ao edifício, a horta e os animais constituem o material necessário às ciências da natureza, aos trabalhos manuais, à agricultura... As trocas dos excedentes de produção com outras escolas ou a venda a hotéis, proporcionam a oportunidade à economia e à matemática de se desenvolverem a partir de operações concretas. E, a par das hortaliças, dos frutos e dos animais, sem enxertos, florescem a poesia e as artes, vive-se a democracia, a solidariedade e a justiça na distribuição dos frutos do trabalho de todos pelos que deles mais necessitam. E assim se aprende a respeitar os outros, os animais e a Terra. Uma escola como esta, que constitui um universo pedagógico, ético e cultural, que não nasceu por decreto mas pelo contacto vivo com os problemas, as coisas, os animais, a terra e os outros, não é mais uma escola, é uma Escola com Rosto.

Vale a pena recordar que os ideais de generosidade e de esperança no futuro deixam um rasto que jamais se apaga. Mais tarde ou mais cedo, sonhos que pareciam impossíveis acabam por se realizar ou, pelo menos, por acalentar outros sonhos e outros destinos. O Escultor Francisco Simões, o primeiro diretor desta Escola, viu na co-responsabilização o grande trunfo da educação e tendo sabido criar e desenvolver o sentimento de pertença e de identificação de todos com os ideais de Fernão Capelo Gaivota, permitiu que cada um encontrasse valor e sentido no trabalho que fazia; nesta Escola todos tinham algo a ensinar e a aprender. Deste modo, criou uma Escola empenhada no caminho da solidariedade individual e coletiva, deu-lhe um rosto, à imagem de Fernão Capelo Gaivota, imprimiu-lhe um rumo e deu-nos a nós um projeto e um exemplo a seguir: dar continuidade ao espírito da Escola Sem Muros, apesar das grades que nos cercam por todos os lados. Um verdadeiro Fernão Capelo Gaivota não se deixa intimidar pelos obstáculos, pelo contrário, aperfeiçoa-se, voa mais alto e vence-os.

7.2 Caraterísticas do clima educativo

Os Docentes desta Escola são, por norma, experientes e, estabilizados em termos de carreira, o que, se por um lado, facilita uma abordagem educativa mais coerente em termos de visão e execução vertical e horizontal do curriculum e a existência de melhores condições para um trabalho cooperativo e mais significativo, entre os professores, por outro, poderá potenciar o risco da estagnação em determinados modelos metodológicos, que, com a constante evolução social e tecnológica e as consequentes necessidades educativas dos utentes da escola, devem ser sistematicamente questionados e modificados.

Entendida de uma forma pluridimensional, a educação tem como finalidade questionar sistematicamente a operacionalização equilibrada de dimensões básicas que envolvem o fornecimento de informação, a integração social e o desenvolvimento da autonomia dos educandos; à gestão da educação cabe o papel de decidir como gerir os pesos relativos de cada uma delas, articulando o cômputo geral da função educativa com as necessidades particulares do contexto em que essa função se operacionaliza. O clima de uma escola é determinado, em grande parte, pela visão, pelas finalidades acordadas entre o pessoal docente e pelo modo como este trabalha em conjunto, mas igualmente, pelo clima de aprendizagem em que os alunos desenvolvem a sua atividade. Estudos realizados identificam, nas escolas eficazes, a atmosfera ordeira e um ambiente físico atrativo como dois traços distintivos.

Numa perspetiva socioconstrutivista, a cultura da escola assenta no conceito de uma organização reflexiva e aprendente e é vista como o produto de ações regulares desenvolvidas em comum, e da tomada de consciência do facto de que, numa escola, em colegialidade e colaboração, se faz muito mais do que produzir aprendizagens. A tónica, assim, é deslocada para o papel da participação e interação. Nesta participação e interação assumem papel de destaque:

- As **opções didático-pedagógicas** que, aplicadas regularmente e, assentes em práticas consistentes, solidificam uma determinada tradição pedagógica;
- O **nível e a qualidade do envolvimento dos diversos membros da comunidade educativa**, com evidente envolvimento parental na aprendizagem dos filhos, bem como a abertura da escola à comunidade envolvente;

- As **expetativas** e a relação dos alunos com a escola.

7.3 Sentimentos em relação à Escola

Este projeto tem como alicerces uma história e cultura muito próprias desta Escola, foi um processo que valeu por si próprio.

Este Projeto Educativo consagra a missão que se propõe desempenhar no âmbito do serviço público de Educação, bem como os valores, as metas e estratégias que norteiam a ação educativa da nossa escola.

Os sentimentos relativamente à nossa escola são muito idênticos ao papel desempenhado pelas escolas públicas:

O Papel da Escola Pública

A Escola Pública tem sido um laboratório de políticas socioeducativas. Tem sido constantes as reformas e as revisões curriculares, as inovações pedagógicas, as alterações do Estatuto do Aluno, as alterações às regras de realização de exames, enfim, a Escola vive em constante mudança há muitos anos.

A Escola Pública tem vindo a perder o estatuto de instituição promotora do saber, do conhecimento e da cultura em forma de um, cada vez mais reforçado, estatuto de instituição social de guarda e ocupação de crianças e jovens.

Se não formos capazes de alterar a tendência atual, a Escola Pública corre sérios riscos de se tornar uma espécie de parente pobre do sistema de ensino, onde se “depositarão” os jovens cujas famílias não têm possibilidades de escolha.

A política educativa para a Escola Pública só pode seguir um caminho se quiser manter viva e útil para todos, se seguir o caminho da qualidade, do rigor e da exigência.

8. RECURSOS EDUCATIVOS

Estes serviços destinam-se aos alunos com necessidades educativas especiais, tal como está legislado, destinam-se a promover a igualdade de oportunidades, a melhorar a qualidade do ensino para estes alunos, entre outros aspetos.

8.1. Serviços de Educação Especial

Estes serviços destinam-se aos alunos com necessidades educativas especiais, tal como está legislado, destinam-se a promover a igualdade de oportunidades, a melhorar a qualidade do ensino para estes alunos, entre outros aspetos.

Na nossa escola os docentes do ensino especial procuram responder a um conjunto de solicitações que visam o sucesso escolar, não só a nível da aprendizagem, mas também a nível da socialização.

No âmbito das suas funções estes docentes têm garantido o planeamento e organização dos apoios aos alunos com NEE, facilitando a comunicação entre todos os intervenientes, promovendo o levantamento das diferentes necessidades e fomentando o trabalho colaborativo.

Participam nas reuniões dos Conselhos de Turma e articulam o seu trabalho de coordenação com toda a Comunidade Educativa, em estrita colaboração com o Conselho Executivo.

8.2. Serviços de Psicologia e Orientação

Estes serviços criados pelo Ministério de Educação, são estruturas especializadas de apoio e de orientação educativa, integradas na rede escolar, conforme previsto no Artº 26ª da Lei de bases do Sistema Educativo. Na nossa Escola este serviço está assegurado por uma psicóloga (de acordo com o Dec. Regulamentar Regional, nº 27/2001/M, Artº 15ª).

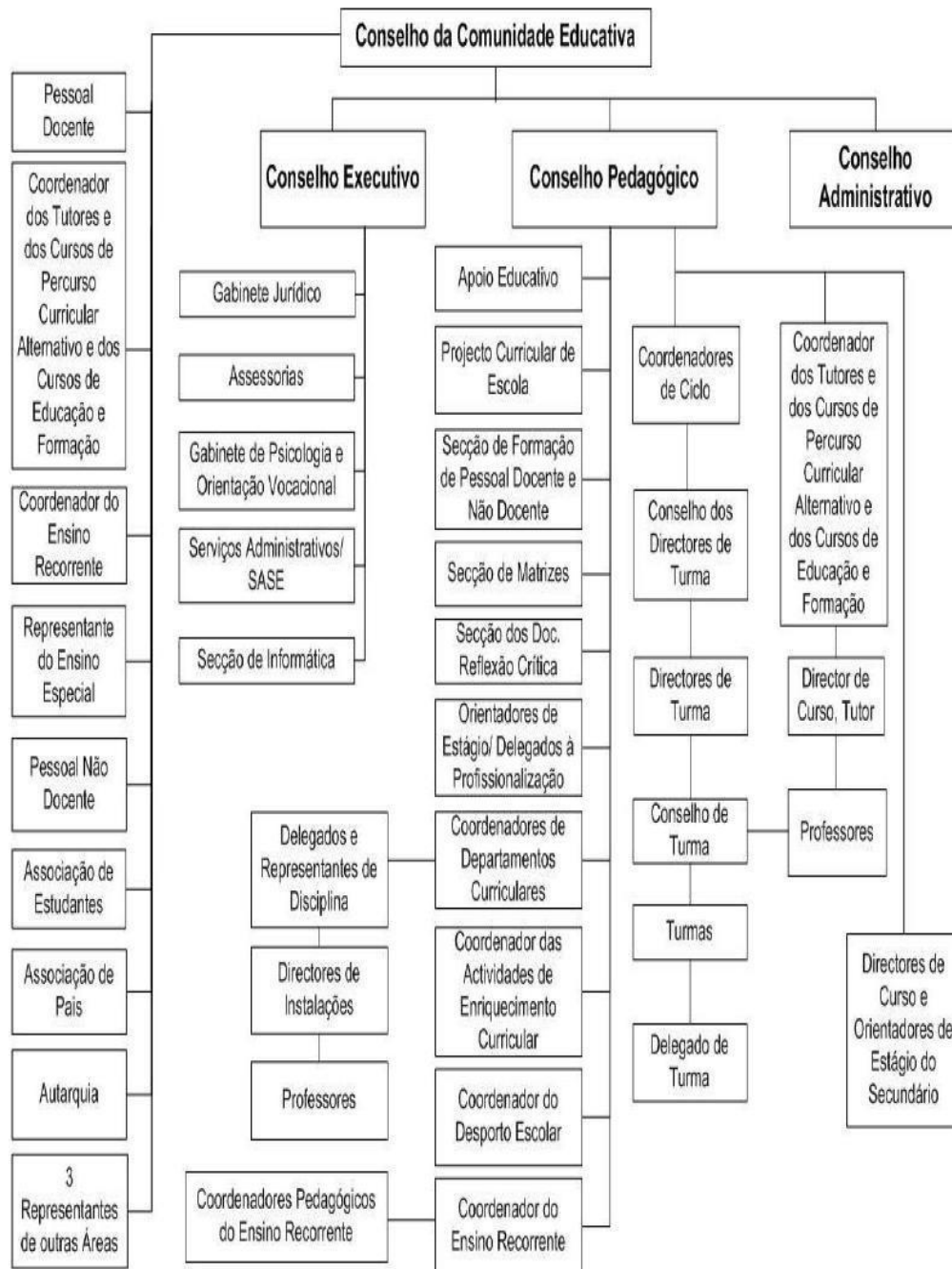
Tem como principais atribuições na nossa Escola:

- ✓ Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal.

- ✓ Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração na Comunidade Escolar
- ✓ Prestar apoio de natureza psicológica e psico-pedagógica, no contexto das actividades educativas tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação de respostas educativas.
- ✓ Assegurar a colaboração com outros serviços, a deteção de alunos com NEE, a avaliação da situação e o estudo das intervenções adequadas.
- ✓ Promover atividades específicas de informação, aconselhamento e a orientação escolar e profissional.
- ✓ Colaborar em experiências pedagógicas e em ações de formação para a comunidade escolar em geral.
- ✓ Tem também a seu cargo o projeto Atlante, que tem como objetivo, incutir nos alunos atitudes de prevenção de comportamentos de risco.

9. RECURSOS HUMANOS

Organigrama Funcional da Comunidade Escolar



9.1. Conselho da Comunidade Educativa

É o órgão de direção responsável pela definição da política educativa de escola previsto no número 4, do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e cuja actuação se norteia pelo respeito dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, daquela Lei de Bases e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

O Conselho da Comunidade Educativa é órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo estar salvaguardada na sua composição a participação de representantes dos docentes, das modalidades especiais da educação escolar, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente e da autarquia local.

Constituição: 17 elementos	
Presidente do Conselho da Comunidade Educativa	1 Docente
Representante dos Docentes	4 Docentes
Presidente do Conselho Executivo	2 Docente
Presidente do Conselho Pedagógico	1 Docente
Coordenador do Ensino Recorrente	1 Docente
Representante do Ensino Especial	1 Docentes do Ensino Especial
Representante do Ensino Profissional	1 Docente
Representante do Pessoal Administrativo e Auxiliar	2 Representantes do Pessoal Não Docente
Representante dos Pais e Encarregados de Educação	2 Encarregados de Educação/ Pais - (1 efetivo)
Representante dos Alunos	Presidente da Associação de Estudantes
Representante da Autarquia	Vereador do Pelouro da Cultura
Representante da Sociedade Civil (Centro de Segurança Social)	1 Representante do Centro de Segurança Social da Ribeira Brava

Competências:

1.º Ao Conselho da Comunidade Educativa compete:

- a)** Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b)** Aprovar o projeto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c)** Aprovar o regulamento interno da escola;
- d)** Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projeto educativo;
- e)** Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f)** Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g)** Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h)** Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i)** Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j)** Propor aos órgãos competentes e colaborar ativamente em atividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos setores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio socioeducativo;
- l)** Propor e colaborar ativamente em atividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m)** Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou diretor e adjuntos;
- n)** Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

9.2. Conselho Executivo:

O Conselho Executivo é o órgão de gestão das escolas nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira e é assegurado por um órgão colegial de acordo com a política educativa de escola definida no conselho da comunidade educativa.

Composição: 5 elementos	
Presidente	1 Docente
Vice-Presidente	4 Docentes

1 — Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico:

- a)** Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projeto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito;
- b)** Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.

2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:

- a)** Definir o regime de funcionamento da escola;
- b)** Elaborar o projeto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
- c)** Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respetivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d)** Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e)** Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f)** Distribuir o serviço docente e não docente;
- g)** Designar os diretores de turma;
- h)** Planear e assegurar a execução das atividades no domínio da ação social escolar;
- i)** Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j)** Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, coletividades e outras entidades;
- l)** Proceder à seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m)** Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

9.3. Conselho Administrativo:

Composição: 3 elementos	
Presidente do Conselho Executivo	1 Docente
Chefe dos Serviços de Administração Escolar	1 Administrativo
Vice-Presidente do Conselho Executivo	1 Docente

9.4. Conselho Pedagógico:

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Conselho Pedagógico

Cargo Representativo	Total
Presidente do Conselho da Comunidade Educativa	1
Presidente do Conselho Executivo	1
Coordenadores de Departamento	5
Coordenadora de Ciclo- 2º Ciclo	1
Coordenador de Ciclo- 3º Ciclo	1
Coordenador do Secundário	1
Coordenadora dos Cursos Profissionais	1
Coordenadora do Ensino Regular	1
Coordenadora do Núcleo Atividades de Enriquecimento Curricular	1
Coordenador da Secção de Formação de Pessoal Docente e Não Docente	1
Coordenador do Ensino Não Regular Diurno	1
Coordenadora de Tecnologias de Informação e Comunicação	1
Coordenadora do Desporto Escolar	1
Coordenador do Ensino Noturno	1
Total de Escola	18

Ao conselho pedagógico compete:

- a)** Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros;
- b)** Dar parecer sobre o projeto educativo;
- c)** Dar parecer sobre o regulamento interno;
- d)** Dar parecer sobre o plano anual de escola;
- e)** Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente e não docente e acompanhar a respetiva execução;
- f)** Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;

- g)** Propor aos órgãos competentes da Secretaria Regional de Educação a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as estruturas programáticas, e a sua integração no respetivo departamento curricular;
- h)** Promover a articulação e diversificação curricular, os apoios e complementos educativos e as modalidades especiais de educação escolar;
- i)** Adotar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- j)** Aprovar o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da escola e em articulação com as instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- l)** Aprovar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural;
- m)** Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- n)** Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- o)** Intervir, nos termos da lei, no processo de avaliação do desempenho dos docentes;
- p)** Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações;
- q)** Incentivar as iniciativas dos alunos na comunidade escolar e garantir o apoio às mesmas.

9.5. Assessorias Técnico-Pedagógicas:

Composição: 3 elementos	
Ensino Básico (2.º ciclo)	Docente do Grupo 240 – Educação Visual e Tecnológica
Ensino Básico (3.º ciclo) e Secundário	Docente do Grupo 510 – Físico/Química
Assessoria Jurídica	Docente do Grupo 430 – Economia e Contabilidade

9.6. Gabinete de Psicologia e Orientação para o Apoio ao Aluno:

Coordenadora	Psicóloga Efetiva
--------------	-------------------

9.7. Secção de Formação Permanente e Pessoal Docente e Não Docente:

Composição: 3 elementos	
Docente	Docente do Grupo 550 - Informática
Docente	Docente do Grupo 550 - Informática
Docente	Docente do Grupo 410- Filosofia

9.8. Representante dos Pais e Encarregados de Educação:

Composição: 2 elementos	
2	Encarregados de Educação/ Pais

9.9. Corpo Docente:

No ano letivo 2014/2015 lecionaram na EBSPMA 172 docentes, distribuídos da seguinte forma:

- CTFP por tempo indeterminado – (Quadro de Escola da EBSPMA ou quadro de outras escolas da região que se encontram destacados nesta escola) - **120 docentes.**
- Quadros de zona B (ou de outras Zonas e que se encontram destacados nesta escola) - **34 docentes.**
- Vinculados à região - **16 docentes.**
- Contratados a termo resolutivo - **2 docentes.**

No ano letivo 2015/2016 lecionam na EBSPMA 159 docentes, distribuídos da seguinte forma:

Grupo de recrutamento	Efetivos	Quadro de Zona Pedagógica	Vinculados	Contratados
200- Português/ História	7	-----	-----	-----
220- Inglês	4	-----	-----	-----
230- Matemática/ Ciências	7	1	1	-----
240- EVT	6	1	-----	-----
250- Educação Musical	1	2	-----	-----

260- Educação Física (2ºciclo)	2	1	1	1
290- EMRC	3	-----	-----	-----
300- Português	12	4	-----	-----
320- Francês	3	3	-----	-----
330- Inglês/ Alemão	7	3	-----	-----
400- História	4	-----	-----	-----
410- Filosofia	5	1	-----	-----
420- Geografia	3	1	-----	-----
430- Economia/ Contabilidade	5	2	-----	-----
500- Matemática	12	1	-----	1
510- Física e Química	6	3	-----	-----
520- Biologia	7	1	-----	1
530- Educação Tecnológica	-----	1	1	-----
550- Informática	7	2	2	1
600- Artes	7	1	-----	-----
620- Educação Física (3ºciclo-sec)	5	6	-----	-----
700- Educação Especial	-----	2	-----	1
Total	114	35	5	5

9.10. Pessoal Não Docente:

No ano letivo **2014/2015 a EBSPMA** contou com um total de **53** elementos a nível do **Pessoal Não Docente**.

No ano letivo **2015/2016 a EBSPMA** conta com um total de **60** elementos a nível do **Pessoal Não Docente**, distribuídos da seguinte forma:

Categoria	Total
Técnico de Informática	1
Coordenador Técnico	1
Técnico Superior	2
Assistente Técnico	21
Assistente Operacional	32
Subsidiários do Centro de Emprego	3
Total de escola	60

9.11. População Discente:

Total de Alunos no ano letivo de 2014/2015 – **1150**

Total de Alunos no ano letivo de 2015/2016 – **1026**

No presente ano letivo os Alunos encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Nível de ensino	Tipo de ensino	subtotal	Total
2º Ciclo	regular		226
3º Ciclo	regular	341	399
3º Ciclo	CEF	58	
Secundário	Científico- Humanísticos	227	354
Secundário	Profissionais	97	
Secundário	Formação de Competências Básicas	14	
Secundário	CEF	16	
CEFA	Noturno	47	47
Total de alunos			1026

10. RECURSOS FÍSICOS

A Escola encontra-se no Centro da vila da Ribeira Brava, tem uma identidade própria, apesar de partilhar os mesmos problemas e condicionalismos da maior parte das Escolas Regionais, tendo os mesmos anseios de desenvolvimento e projeto social. Vive e participa nas iniciativas e acontecimentos que ocorrem no meio.

A Escola é constituída por 3 edificações, construídas em 3 fases distintas.

Na edificação mais antiga situam-se o funcionamento do Conselho Executivo, Assessoria, Diretores de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, Secção de Formação de Pessoal Docente e Não Docente, Técnicos do Ensino Especial, Secretaria, Ação Social Escolar, Reprografia, Papelaria, Rádio, Arquivo e 5 salas específicas.





O segundo edifício a ser construído alberga a Cantina, o Bar dos Alunos e Salas de Aula, bem como a Associação de Estudantes.





O terceiro edifício é composto pela Biblioteca, Centro de Recursos Educativos, Sala de Sessões, Mediateca, Sótão, Gabinetes de Grupos Disciplinares, Sala de Professores, Salas de Aula, Laboratórios de Química e Biologia.





A Escola necessita de obras de requalificação e modernização na maior parte das suas áreas de funcionamento, espaços recreativos, entre outros aspetos. O melhoramento dos espaços físicos da escola proporcionará à comunidade escolar novas condições de conforto e trabalho, aliando toda uma história e cultura de qualidade e exigência a uma modernidade que projete a nossa Escola nas próximas décadas.

É mesmo de referir que o espaço (a falta deste) e dos aspetos mais críticos neste estabelecimento de ensino, quer em termos de salas de aulas e gabinetes de trabalho, quer em termos de espaços recreativos que são manifestamente insuficientes para a população escolar.

Os alunos têm de deslocar-se cerca de 500 metros da Escola para a frequência das aulas de Educação Física e desporto, uma vez que as mesmas são ministradas no Pavilhão Gimnodesportivo, cedido pelo Município da Ribeira Brava.



Desta forma é preciso melhorar:

- As instalações sanitárias e as instalações elétricas;
- Entupimento frequente do esgotamento de águas aquando de maior pluviosidade, dificultando a circulação dos Alunos e da Comunidade Escolar em geral na escola, limitando o bom funcionamento aulas;
- Telhados degradados;
- Algumas salas de aula necessitam de intervenção rápida sendo necessário a realização de melhoramento em termos físicos, isto é realização de obras ao nível das salas 50, 51 e 52 principalmente.
- Insuficiente n.º de salas para bom funcionamento de todos os Ciclos de Ensino a nível da lecionação de aulas, apoio e atividades em geral;
- Reduzido número de gabinetes de trabalho para o Pessoal Docente;
- Insuficiência de espaços de trabalho afetos a atividades de enriquecimento curricular, clubes, projetos, entre outros;
- Inexistência de um verdadeiro auditório para grandes grupos;
- Insuficiência de Pessoal Não Docente;
- Insuficiência de equipamentos e recursos audiovisuais para atividades e lecionação das aulas;
- Número insuficiente de recursos informáticos em função das necessidades;
- Pavilhão (localização inapropriada para a prática desportiva dos alunos)

Levantamento do número de salas e outros espaços de trabalho

Sala de aulas (incluindo salas de EVT, EV, ET e EM)	42
Laboratórios de Informática	5
Laboratório de Ciências	1
Laboratório de Físico-Química	2
Gabinets de Grupo	5
Biblioteca	1
Sala de Sessões	1
Sala dos Diretores de Turma	2
Gabinets do Conselho Executivo	2
Assessoria	1
Gabinete de Psicologia e Orientação	1
Gabinete do Ensino Especial	1
Gabinete da Secção de Formação de Pessoal Docente e Não Docente	1
Gabinete de Informática	1
Secretaria	2
Gabinete do ASE	1
Reprografia	1
Papelaria	1
Cantina	1
Bar de Alunos	1
Sala de Professores	1
Sala de Convívio de Funcionários	1
Cozinha	1
Sala de audiovisuais	1
Arrecadações	4
Casas de Banho	2
Elevadores	1
Sótão	1
Enfermaria	1

Análise dos itens referidos que necessitam de rápida intervenção:

Destaca-se a precariedade das instalações da Escola, existindo espaços bastante degradados, os espaços externos de convívio, à exceção do bar de alunos, não tem condições para que estes se abriguem, principalmente durante o Inverno, estando

bastante degradadas as coberturas destes espaços. As infraestruturas também se encontram em mau estado, estando a Comunidade Escolar e a população em geral a aguardar por uma escola nova, ou pela recuperação desta há vários anos.

Este estabelecimento, e uma vez que serve uma grande população da zona oeste da ilha, encontra-se sobrelotado, apresentando falta de salas que satisfaçam o número de turmas, sofrendo também os problemas inerentes a esta situação, nomeadamente, os relacionados com as questões de higiene, uma vez que o número de instalações sanitárias existente é manifestamente insuficiente para a população escolar.

Outros aspetos podem ser referidos: o edifício da escola não se enquadra no espaço que a rodeia, vista de fora tem um aspeto degradado, inestético. Os alunos carecem de sítios para se abrigarem do frio e da chuva (como já referido), as salas de aula estão em condições precárias, carecem de iluminação e de quadros com qualidade, as salas com materiais informáticos ficam em risco no Inverno, uma vez que a humidade e, por vezes, situações de inundação na escola que ocorrem cada vez com mais frequência. Carece de intervenção significativa e adequação dos espaços de trabalho às necessidades da Comunidade Escolar em geral, ocorrendo entupimento frequente do esgotamento de águas aquando de maior pluviosidade, dificultando a circulação dos Alunos e da Comunidade Escolar em geral, limitando o bom funcionamento das aulas, a existência de telhados degradados, algumas salas necessitam de uma intervenção rápida, para poderem funcionar no Inverno.

Existe um número de salas insuficientes para o bom funcionamento de todos os ciclos de Ensino e na lecionação tanto das aulas, como para os apoios e atividades em geral e ainda os gabinetes de trabalho para os grupos de recrutamento são muito reduzidos, o que condiciona e dificulta, também o trabalho dos mesmos, tanto em termos da utilização de materiais, como de disponibilidade uma vez que a maior parte dos gabinetes, funcionam como salas de aulas.

Há também uma insuficiência de espaços afetos às atividades de enriquecimento curricular, clubes, projetos entre outros.

Inexistência de um verdadeiro auditório para grandes grupos. Existe a sala 42, designada como sala de sessões, que já se torna insuficiente tanto em dimensão como ao número de solicitações da mesma para a realização de atividades, conferências, entre outras atividades.

11. RECURSOS EXTERNOS

Existem aspetos positivos a salientar e sobre os quais se deve continuar a atuar como é o caso das **Parcerias e Protocolos**:

A Escola deve continuar a manter e a alargar protocolos e parcerias com empresas e outras entidades do meio, tanto local como regional, para promover a formação dos alunos em contexto de trabalho, estágios dos Cursos de Educação e Formação, dos Cursos Profissionais e ainda, do Ensino e Formação de Adultos.

Promover contatos com outras escolas como o objetivo de troca de experiências, e intercâmbios científicos e culturais.

Continuar a participação em projetos regionais, nacionais e europeus, de interesse relevante para a escola e que visem alargar os horizontes culturais dos Alunos (Comenius, Parlamento Jovem Regional e Nacional, RS4E, entre outros).

Manter e desenvolver parcerias com:

- Município da Ribeira Brava
- Junta de Freguesia da Ribeira Brava e do restante Concelho
- Centro de Saúde
- Segurança Social
- PSP
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho
- Instituições de Âmbito Cultural, Desportivo e Recreativo do Concelho
- Museu Etnográfico da Madeira
- Empresas Concelhias (Estágios em contexto de trabalho)
- Projeto “RUMUS”

12. OFERTA EDUCATIVA DA ESCOLA

As instituições tal como as pessoas, têm o seu carácter e a sua personalidade. A nossa Escola não foge à regra. Tem atrás de si uma história muito rica, ligada à formação de jovens e é este o caminho que devemos continuar a trilhar.

Assim, a Escola como instituição integrante do meio que a envolve, oferece no presente ano, em termos específicos de oferta educativa, o 2.º e o 3.º ciclo do Ensino Básico à população do concelho, e ao nível do Ensino Secundário, a Escola disponibiliza também um conjunto de cursos orientados para o prosseguimento do Ensino Superior, isto é nas áreas Científico-humanistas das Ciências e Tecnologias, das Ciências Socioeconómicas (não é ministrado no presente ano letivo), das Línguas e Humanidades e das Artes Visuais (não é ministrado no presente ano letivo). A Escola ministra, atualmente, Cursos de Educação e Formação, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Percursos Curriculares Alternativos para os alunos que registem insucesso escolar repetido e risco de abandono escolar.

A Escola tem vindo a investir numa oferta diversificada de cursos, apostando, essencialmente, na qualidade dos mesmos.

Para além destes aspetos, a Escola continuará a defender para além da estrutura curricular, medidas de apoio pedagógico aos alunos, nomeadamente, os provenientes de países estrangeiros e aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

O apoio pedagógico acrescido tem sido um importante recurso para a melhoria dos resultados escolares e do sucesso educativo.

A nossa Escola, por norma, propõe medidas específicas de diversificação da oferta curricular, tendo em conta as necessidades dos alunos que as frequentam de forma a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e o combate à exclusão.

13. ÁREAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DA AÇÃO ESCOLAR

A partir dos problemas identificados foram estabelecidos objetivos centrais e as respetivas estratégias de operacionalização e calendarização das intervenções assinaladas:

1. Insucesso Escolar (resultados dos dados);
2. Aumento de comportamentos inadequados por parte dos alunos dentro e fora da sala de aula bem como absentismo escolar;
3. Pouca participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, dificuldade em envolvê-los nas várias atividades escolares;
4. Falta de expectativas em relação à Escola, por parte de alguns alunos, alguma apreensão quanto ao futuro imediato, levando à redução da valorização, por parte dos alunos, do papel da escola na formação social e pessoal do indivíduo e consequente desmotivação no estudo;
5. Falta de espaços para as diferentes necessidades decorrentes das novas ofertas formativas e das novas exigências que se colocam à escola;
6. Controlo de acessos na portaria com alguma permeabilidade, e saída dos alunos por outros espaços que necessitam de uma intervenção rápida no melhoramento das condições de segurança.

Estes problemas estão relacionados entre si, influenciando-se mutuamente, devendo ser abordados de forma transversal. Refletem-se nas vivências escolares e afetam de forma decisiva o sucesso escolar dos alunos e da escola.

a. Estratégias / Medidas para redução do Insucesso Escolar

Apesar do progresso verificado nos últimos anos, os resultados escolares apresentam desvios, mais acentuados nuns casos do que noutros.

Assim, o objetivo essencial será atingir uma melhoria a nível das disciplinas onde os resultados do insucesso se mantiveram, ou nalguns casos pioraram.

A Escola propõe- se atingir melhoria nos resultados das taxas de insucesso no próximo triénio, fazendo anualmente uma avaliação e reflexão, e tomando todos os anos medidas diferenciadas ou intensificando as que resultem em melhoria.

Desta forma propõe-se para os próximos anos:

- A nível da Biblioteca Escolar e da Sala de Estudo pretende reconhecer e intensificar as mesmas como um suporte transversal na operacionalização dos currículos;
- Projetar a avaliação como um processo formativo regulador das aprendizagens dos alunos e orientador do seu percurso escolar;
- Oferta educativa que corresponda às necessidades, gostos e motivações dos alunos, tentando melhorar uma oferta curricular enquadrada tanto na progressão de estudos, como no ingresso dos alunos no mundo do trabalho;
- Estabelecer orientações pedagógicas para integração dos alunos em clubes e projetos de forma a melhorar apetências e gostos dos alunos;
- Introdução de metodologias no processo de ensino aprendizagem para que os alunos compreendam o que estão a aprender e para que servem os conteúdos e como se relacionam;
- Reforçar e diversificar métodos para que os alunos se sintam implicados nas situações de aprendizagens e as considerem atrativas e interessantes;
- Promover o desenvolvimento de atitudes e hábitos de trabalho autónomo e em grupo, para que os alunos entendam que com o seu contributo desenvolverão as suas competências, logo realizarão as suas aprendizagens com sucesso;
- Melhorar os níveis de desempenho escolar dos alunos na maior parte das disciplinas:
 - Incentivando a reflexão conjunta dos grupos disciplinares sobre as causas específicas do insucesso dos alunos nos diversos casos de indisciplina;
 - Promovendo um trabalho cooperativo orientado para o apoio dos alunos, nomeadamente, através de medidas propostas pelos Docentes, Grupos de Recrutamento e Departamentos de modo a evitar o abandono escolar e promover o sucesso e a conclusão dos cursos dos vários níveis de ensino;
 - Mantendo o plano de ação da Matemática, bem como outros apoios e projetos específicos que a Escola já proporciona, tanto a nível do Português como da Matemática;



- Intensificando as vertentes científicas das disciplinas que são objeto de avaliação externa;
- Incrementando a articulação entre a Biblioteca escolar, o Plano Regional de Leitura e o Baú de Leitura e as atividades letivas no sentido de desenvolver competências de literacia;
- Reconhecendo e valorizando o bom desempenho dos alunos, mantendo os prémios escolares, através de certificados de mérito atualmente atribuídos aos melhores alunos; distinguir, também, em diversas áreas alunos com outros méritos criando um prémio escolar para estes (sugestão do Representante dos Encarregados de Educação/Pais) sensibilizando desta forma os alunos para a importância das recompensas intrínsecas inerentes ao bom desempenho;
- Manter e desenvolver os mecanismos de orientação escolar e vocacional, através do Gabinete de Serviços de Psicologia e Orientação;
- Aprofundar os mecanismos de acompanhamento e orientação escolar e vocacional na transição do 3.º ciclo para o Ensino Secundário;
- Articulação entre o Conselho Executivo, os Serviços de Psicologia e Orientação e os Diretores de Turma, no sentido de aperfeiçoar mecanismos de deteção precoce de reorientação vocacional dos alunos;
- Avaliar de forma sistemática e regular os resultados escolares e a qualidade do serviço educativo, criando uma equipa permanente de avaliação responsável por propor indicadores de sucesso e abandono escolar;
- Recolher e analisar dados referentes aos resultados da avaliação interna e externa dos alunos;
- Comparar os dados da avaliação interna com os dados da avaliação externa, incluindo a análise de desvios ao nível da escola, ao nível regional e nacional;
- Valorização do trabalho individual dos alunos como instrumento incontornável de supressão de dificuldades;
- Otimização dos recursos informáticos;
- Diversificação dos equipamentos técnico-pedagógicos;
- Formação de equipas e trabalho para melhor funcionamento e aproveitamento das aulas de substituição e o Projeto AS:

- Os professores que possam integrar esta equipa poderão ter tempos letivos ou não letivos para o desempenho desta função conforme orientação da Escola neste sentido, e, para que possa funcionar durante a maior parte dos tempos letivos, garantindo-se sempre a presença de um ou mais professores desta na sala do Projeto ÁS, de forma a poder orientar a dinâmica a dinâmica do projeto;

b. Absentismo Escolar

Alguns comportamentos desviantes – “Bullyng”, Indisciplina e intrusão no espaço escolar

No que se refere à Indisciplina tem-se verificado que esta nos últimos anos, tem-se mantido. Esta realidade leva a que, também, mais uma das prioridades do PEE seja o combate à indisciplina e ao absentismo escolar. Para muitos destes alunos a Escola funciona mais como uma extensão da rua do que como um local de aprendizagens, de formação e progressão social.

Sobressai a necessidade de um maior envolvimento dos pais na vida escolar, nomeadamente, na resolução de muitos dos problemas acerca da indisciplina. A crescente permissividade dos pais e a falta de controlo que muitos denotam relativamente aos seus educandos contribui para o agravamento destas situações.

Desta forma os alunos têm comportamento desajustados e/ou agressivos, dentro e fora da sala de aula, bem como a utilização de linguagem pouco adequada entre alunos e destes para com os Auxiliares de Ação Educativa e mesmo com alguns Docentes, o que demonstra alguma ausência de valores de cidadania.

Propomo-nos a exercer com firmeza o poder disciplinar sobre os alunos, responsabilizando-os sempre que, da sua ação e intervenção, resultem quebras aos respetivos deveres, faltas de respeito aos restantes membros da comunidade e à organização a que pertencem. Daí a necessidade de criar condições para que situações de indisciplina, violência e outros comportamentos inadequados por parte dos alunos no meio escolar tendam a desaparecer.

Medidas / Estratégias de actuação:

1. Maior participação dos pais, num contexto que possibilite um relação frutuosa entre a Escola e a Família, tendo em conta que a indisciplina é acima de tudo um problema social, que extravasa em muito o campo de ação da escola, serão implementadas formas de trazer os pais dos alunos mais problemáticos à escola no sentido de os responsabilizar;
2. Criar um clima de cultura da escola de responsabilização, de autonomia e de cooperação;
3. Inverter o sentimento de incapacidade e derrota face à indisciplina;
4. Promover maior respeito por parte dos Docentes pelas decisões tomadas de forma a não haver dualidade de critérios na resolução destas situações;
5. Registo rigoroso de todas as ocorrências disciplinares verificadas na escola, em todos os Ciclos de Ensino, pois só com um diagnóstico credível será possível delinear estratégias de intervenção;
6. Definição de níveis de indisciplina e inclusão dos mesmos no Regulamento Interno, bem como as penalizações a aplicar em conformidade com a legislação em vigor. O Regulamento Interno permite a aplicação da lei e de normas internas decorrentes da Autonomia. Assegura direitos, enuncia obrigações e define funções dos intervenientes;
7. Ação integrada da comunidade educativa na prevenção da indisciplina, isto é intensificar os canais de comunicação entre Professores, Alunos, Pais, Conselho Executivo e Instituições;
8. Reforçar a vigilância dos Alunos no espaço escolar;
9. Dinamização de clubes e projetos com objetivos específicos de combate à indisciplina, à violência escolar e outros comportamentos desviantes, e que abrangem diretamente estas questões, em colaboração com o Gabinete de Psicologia e Orientação da Escola;
10. Manter a Equipa de Intervenção Socioeducativa (EISE), uma vez que esta tem como principal objetivo, implementar medidas e estratégias concretas de dissuasão de comportamentos incorretos por parte dos alunos.

14. METAS / LINHAS ORIENTADORAS DO PROJETO EDUCATIVO

Para os próximos anos 4 letivos (2014/2018)

Projeto Educativo de Escola				
Designação do Estabelecimento		Escola básica e secundária Padre Manuel Álvares		
Número	Objetivo	Meta	Indicador de Avaliação	Meio de Verificação
1	Redução da taxa de abandono escolar	Obter uma taxa de abandono escolar não superior a 2%	Número de alunos que abandonaram a escola	Registos disponíveis na escola: - Pautas - Dossiers do DT
2	Melhorar os resultados escolares	1-Resultados escolares: - Alcançar uma taxa de aprovação do 2º ciclo, superior a 80%; - Alcançar uma taxa de aprovação do 3º ciclo, superior a 70%; - Obter uma taxa de transição do 10º ano, superior a 75%; - Obter uma taxa de transição do 11º ano, superior a 85%; - Obter uma taxa de conclusão do 12º ano, superior a 80%. 2 – Obter uma melhoria de 2 % na taxa de aprovação dos exames nacionais.	Número de alunos que concluíram o 2º ciclo. Número de alunos que terminaram o 3º ciclo. Taxa de aproveitamento Dos alunos do 10º, 11º e 12º ano. Resultados da avaliação externa.	Pautas
3	Reduzir os casos de indisciplina	Reduzir o número de ocorrências de natureza disciplinar em 10%.	Número de participações/ocorrências de natureza disciplinar	Dossiers de DT Projeto A's PRIA
4	Promover a diversidade de atividades enquadradas nos conteúdos programáticos e/ou promovidas pela escola.	- Atividades de caráter obrigatório - pretende-se que tenham uma participação de 85% da comunidade escolar; - Atividades facultativas - pretende-se que tenham contribuído para um número de participantes não inferior a 20.	Número de participantes nas atividades	Registo de listas de presença de participação das atividades.
5	Aumentar o envolvimento das famílias e da comunidade educativa na escola.	Melhorar a intervenção e participação dos pais e encarregados de educação na escola a 65% das presenças em cada turma, de todos os ciclos de ensino. Maior envolvimento do meio na escola, com o número de instituições do Concelho colaborantes em número não inferior a três.	Número de pais e encarregados de educação por turma, que frequenta a escola. Número de Instituições colaborantes com a escola.	Dossiers dos DT Registos oficiais da escola
6	Promover a educação para a saúde.	-Abranger o maior número de alunos possível, estipulando-se o mínimo de 10% da população escolar nas atividades relacionados com a saúde e bem-estar.	Número de alunos participantes	Registos oficiais da escola.

15. AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO

O Projeto Educativo é um documento estratégico da política educativa da Escola e deve constituir o referencial orientador da coerência e unidade educativa. Este nunca será considerado como completo, mas um projeto em construção, aberto a alterações e adaptações de acordo com as necessidades e realidades que forem surgindo.

A Avaliação do Projeto Educativo tem uma função determinante na medida em que, a partir dela, se proceda à reconstrução do mesmo, com o objetivo de o adaptar à realidade, tornando-o mais eficiente. Tendo em conta que os Projetos devem ser sempre alvo de balanços periódicos que diagnostiquem a forma como estão a ser implementados, para além do período de execução, far-se-á a sua avaliação no final de cada ano letivo através da auto-avaliação da escola.

Essa avaliação corresponderá ao grau de articulação entre o Plano Anual de Escola, Projeto Educativo e o Regulamento Interno da Escola, bem como a sua coerência com as estratégias propostas, determinando desta forma a adequação destas aos objetivos do Projeto.

Desta avaliação resultará um relatório anual. Este terá em conta os seguintes referenciais: as classificações internas e as classificações externas (Exames Nacionais), obtidas pelos Alunos e ainda as taxas de abandono, de saídas antecipadas e precoces destes, o grau de concretização dos objetivos fixados no Projeto, a qualidade e o grau de cumprimento das atividades propostas e, ainda, outros aspetos que o Conselho Pedagógico considere pertinentes. Assim, o Conselho Pedagógico poderá solicitar aos Departamentos, Conselhos de Turma, Clubes e Projetos, balanços anuais cujos dados serão tratados pelos elementos que elaborarem o relatório de auto-avaliação da escola.

Temos noção que a concretização deste projeto decorrerá num tempo de mudança, pelo que, com o decorrer dos anos, é natural que a realidade da escola e da comunidade educativa mude, o que implicará constantes e atentas avaliações do projeto.

O Projeto Educativo, tem em conta a perceção e análise dos vários problemas, e da oportunidade de se encontrarem soluções, mesmo que se leve semanas, meses ou anos para a sua solução e avaliação final, originando muitas vezes, novas estratégias e novas metas, envolvendo desta forma a possibilidade de se fazer escolhas visando um trabalho educativo eticamente responsável.

Projeto Elaborado pelas Docentes:

Catarina Sofia Brás Gomes (capa)

Helena Maria Franco Narciso Sequeira

Maria Imaculada da Rocha Pacheco

Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Vila 9350-211 Ribeira Brava
Web: <http://www.ebspma.edu.pt> - Email: ebspmalvares@madeira-edu.pt